

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE

Laryssa Ribeiro Fonseca de Sousa Lima

**AS RELAÇÕES ENTRE MASCULINIDADE E PATERNIDADE NA
CONTEMPORANEIDADE:
REFLEXÕES A PARTIR DE HISTÓRIAS DE VIDA**

Rio de Janeiro
2010

Laryssa Ribeiro Fonseca de Sousa Lima

AS RELAÇÕES ENTRE MASCULINIDADE E PATERNIDADE NA
CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE HISTÓRIAS DE VIDA

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para a obtenção de qualificação no Curso de Educação Profissional de Laboratório em Biotecnologia em Saúde.

Orientadora: Ana Lúcia Moura Pontes

Rio de Janeiro

2010

Aos maus mágicos, mas bons homens.

RESUMO

Esta monografia faz uma revisão bibliográfica sobre noções/conceitos de gênero, masculinidades e paternidade. Discute essas categorias enquanto construções sócio-históricas e dependentes de diversos fatores sociais. Consideramos a paternidade como atributo da masculinidade, e a partir das modificações da representação da masculinidade, este trabalho procura fazer uma reflexão da paternidade na sociedade atual. Como estratégia de trabalho de campo, realizou-se uma entrevista no formato de História de Vida. Na análise da entrevista foi possível observar que há concordância entre a literatura e a entrevista em algumas partes, mas também há contradições. Ao final da pesquisa, observou-se a necessidade de se investir em pesquisas na área de gênero, principalmente voltadas para o campo da masculinidade e da paternidade, pois além de haver um número pequeno de pesquisas nessa área, as mesmas podem auxiliar na políticas públicas de saúde, como ferramenta para auxiliar na prevenção e promoção.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 O GÊNERO.....	7
3 O MASCULINO.....	16
4 A PATERNIDADE.....	23
4.1 UM PANORAMA DA PATERNIDADE.....	23
4.2 OS HOMENS E A PATERNIDADE.....	27
4.3 UMA “NOVA” PATERNIDADE.....	29
5 TRABALHO DE CAMPO.....	30
5.1 METODOLOGIA.....	30
5.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
ANEXO A.....	44
ANEXO B.....	46

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia foi desenvolvida com base no interesse nas questões de gênero, e tal interesse foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Desde criança há em mim um sentimento de incômodo com relação ao tratamento diferenciado que homens e mulheres têm dentro da sociedade. Meninas não podiam jogar bola, soltar pipa, brincar de bolinha de gude ou de carrinho porque era “coisa de menino”; os meninos não podiam brincar de boneca porque era “coisa de menina”. As meninas que brincavam com meninos e de brincadeiras de meninos eram tidas como brutas; já os meninos que brincavam com meninas e de brincadeiras de meninas, eram tido como afeminados. Ambos, quando na prática dessa “inversão de papéis” eram na maioria das vezes repreendidos.

Com o passar do tempo, este incômodo direcionou-se para a liberdade diferenciada que era dada a meninos e meninas. Não se fazia compreensível o fato de o meu irmão mais novo ter mais liberdade do que eu pra certas coisas e eu questionava isso. A resposta era sempre a mesma: “Porque ele é homem”.

Pode-se identificar papéis, comportamentos e atribuições que são reconhecidas como do universo feminino e outras do masculino, sendo que podem existir, inclusive, discriminações e constrangimentos sociais quando na inversão desses lugares/ papéis. A mulher, por exemplo, é discriminada quando pratica certas ações vistas como próprias de homens; e algumas ações vistas como próprias de mulheres, se praticadas por homens, faz com que estes sejam discriminados.

Na verdade, nós não consideramos aceitável a classificação das atitudes como “de homens” ou “de mulheres” e a discriminação pela inversão destas, pois ambos devem ser tratados e vistos da mesma forma dentro de uma equidade à luz das políticas públicas, do mercado de trabalho e da própria sociedade. Assim, aponta-se a necessidade de discutir a construção social e histórica do papel de homens e mulheres dentro da sociedade, entendendo esses papéis como dinâmicos e em transformação, a fim de melhor compreendermos os dilemas e desafios vividos por estes.

As discussões acerca da temática de gênero poderiam aprimorar as políticas públicas de saúde. É necessário que os papéis masculinos e femininos dentro da sociedade sejam discutidos, que se entenda a dinâmica destes para que se possa discutir/formar estratégias para o melhor atendimento destes dentro do Sistema Único de Saúde.

Percebe-se que as discussões acerca do masculino são menos presentes na literatura de gênero do que as questões acerca do feminino. Tendo em vista esta desigualdade quantitativa

e a necessidade de discutir o masculino e o feminino como construções sociais, este trabalho foi realizado em torno do masculino. Adotou-se como foco a discussão sobre a paternidade, entendendo-a como um elemento constitutivo da masculinidade, buscando o entendimento da relação entre ambos.

Analisando o trabalho de alguns autores (Costa, 2002; Unbehaum, 2000) sobre as discussões de gênero no campo da masculinidade, foi possível perceber a relação existente entre a masculinidade vivenciada pelo homem e a forma como este exerce sua paternidade. Trabalhos como os de Rosely Costa (2002), Unbehaum (2000) e Maciel (1994), que diziam respeito à masculinidade, em algum momento, citavam a paternidade como elemento de afirmação de características ligadas ao masculino, como exemplo, afirmação da virilidade sexual, ou até mesmo a paternidade como uma dessas características ligadas a figura masculina.

Com isso, supõe-se que à figura pai, serão incorporadas características referentes ao modelo masculino exercido por este, e que tais características irão influenciar diretamente em vários âmbitos da relação pai-filho, tais como o quão presente se mostrará o pai, a forma como este irá impor a sua autoridade e a forma como ele irá demonstrar afeto por seus filhos.

Dessa forma, este estudo reflete sobre a experiência do homem como um sujeito masculino e como pai, sobre a construção social da masculinidade e da paternidade, de como as relações entre pais e filhos estão sujeitas às características atribuídas ao papel masculino e como este fato influencia mais especificamente nessas relações.

Dito de outra forma, o objetivo dessa pesquisa é discutir a construção da paternidade na sociedade atual a partir da reflexão da masculinidade/papéis masculinos, além de refletir sobre a influência do exercício da masculinidade na forma como o homem exerce a paternidade. Como estratégia metodológica, desenvolveu-se a revisão da literatura sobre masculinidade, paternidade e suas relações, que foi complementada com entrevista realizada com a pesquisadora Profa. Dra. Regina Simões Barbosa (Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva/UFRJ), e, realizou-se uma entrevista em profundidade com um homem, para discutir a experiência masculina e da paternidade.

2 O GÊNERO

“o gênero não compreende a simples dicotomia masculino e feminino; antes, o gênero cruza-se com uma rede de elementos vinculados às estruturas de classe, poder e etnicidade, que estruturam as relações sociais”
(Cecchetto, 2004: 57)

Para iniciarmos nossa investigação sobre o tema, realizamos uma entrevista com a pesquisadora Regina Simões Barbosa¹ do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/ UFRJ, a fim de levantarmos alguns marcos históricos e conceituais do campo. A partir dessa conversa, Regina Simões nos indicou que o conceito de gênero surgiu na década de 60, por meio dos debates e das questões que emergiram da “segunda onda” do movimento social conhecido como Feminismo, que havia tido a sua primeira onda em meados do século XIX. Naquele período, questionou-se a divisão de “papéis” de homens e mulheres na sociedade, denunciava-se o machismo presente na sociedade e a dominação exercida pelos homens sobre as mulheres. Os papéis de homens e mulheres eram divididos de forma que o homem era quem provia, que sustentava a família financeiramente, o provedor e a mulher era a “guardiã”, educadora dos filhos e dona-de-casa.

Regina Simões aponta que, como resultado da primeira onda do movimento feminista, as mulheres da camada burguesa européia e americana iniciaram a conquista da esfera pública, passando a ocuparem locais como hospitais, escolas, mas ainda sim, sendo controladas ou subordinadas a homens, servindo apenas como apoio.

A segunda onda do movimento feminista ganha força nos EUA e Europa ocidental, onde as mulheres contestam a Guerra do Vietnã, e se unem contra a sociedade de consumo, contra repressão sexual, e contra a família como instituição opressora, estando ligada na França aos movimentos de maio de 1968, e no Brasil, associada à organização de movimentos anti-ditatoriais e nos anos 80 a movimentos de redemocratização da sociedade brasileira.

O movimento feminista começou com grupos de mulheres que se reuniam para conversar e partilhar experiências e conflitos, debatendo sobre suas questões próprias, compartilhando dúvidas, sentimentos, vivências, questionando também o seu papel na sociedade. Elas percebiam que os problemas vividos por cada uma delas, o sofrimento, a agressão do marido, a repressão, era algo comum a todas. Até aquele momento, elas aceitavam as violências sofridas, pois achavam que o problema era individual e não coletivo,

¹ A entrevista foi realizada em 20 de outubro de 2008, e o roteiro da conversa está no anexo 1.

e não havia o questionamento dessa relação desigual com os homens. Mas a partir do compartilhamento dessas vivências e da percepção da necessidade de produzir conhecimento e de desenvolver, de forma sistemática, estudos e pesquisas que além de denunciarem, compreendessem e explicassem a “subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres tinham sido historicamente submetidas” (Meyer, 2007: 12) que mulheres camponesas e da classe trabalhadora há anos já vinham confrontando devido a necessidade de assegurar a subsistência, objetivando a qualificação de possíveis formas pelas quais se pretendia modificar essas condições. Surgem então, termos como: “assédio sexual”, “sexismo²”, “violência de gênero”, que dão embasamento para os primeiros estudos de gênero, que eram inicialmente, descritivos, levando também a discussões temas secundários como “família”, “sexualidade”, “trabalho doméstico”. Esses estudos trabalhavam com diferentes perspectivas teóricas, aliando-se aos campos da psicanálise, incorporando e tencionando as teorias marxistas, além de produzir paradigmas feministas como a teoria do patriarcado (Meyer, 2007).

A “aliança” com a teorização marxista enfatizava a importância de defender a centralidade da categoria de classe social para uma melhor compreensão das diferenças e desigualdades sociais, da construção das relações de poder, permitindo compreender em consequência, as desigualdades entre homens e mulheres (Meyer, 2007).

Porém, em meados da década de 90, feministas pós-estruturalistas³ (Scott, 1995; Louro, 2003; Weedon, 1999; Nicholson, 2000) deram uma nova significação ao termo *gênero*. O conceito de gênero incorpora, então, toda e qualquer construção social, cultura e até lingüística ligadas aos processos de diferenciação de homens e mulheres, inclusive os processos de produção de seus corpos, sendo categorizados como corpos dotados de sexo, sexualidade e gênero (Meyer, 2007), nos afastando das abordagens que visam a análise única e exclusiva dos papéis sociais e funções, nos direcionando a abordagens muito mais amplas. Considera-se, então, instituições, normas, conhecimentos, símbolos, leis e políticas presentes em uma sociedade são elementos constitutivos de representações e pressupostos do que vem a ser feminino e masculino, ao mesmo tempo que produzem e/ou ressignificam essas representações. (Scott, 1990; Louro, 2003; Meyer 2000b)

² Nesse contexto, entende-se por sexismo a valorização de um gênero e/ou sexo em detrimento de outro.

³ A perspectiva feminista pós-estruturalista é fundamentada em teorizações de Michel Foucault (1999, a & b) e Jaques Derrida. Nessa perspectiva, há uma ênfase da discussão de gênero a partir de uma abordagem que dá foco à centralidade da linguagem como lugar de se produzir relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder, afastando-se da ideologia que trata o corpo como entidade biológica e universal e como justificativa ‘natural’ para a produção das desigualdades e diferenças estabelecidas pela cultura entre homens e mulheres, para que se possa teorizar o gênero como uma construção sócio-cultural e lingüística, sendo produto e efeitos das relações de poder inerentes na sociedade.

O termo gênero foi utilizado como tal pela primeira vez em 1964, quando Stoller o empregou para diagnosticar aqueles sujeitos que com o corpo de homem, se sentiam mulher. Inicialmente, o termo foi utilizado para teorizar acerca da diferença sexual, visando acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Desta maneira, relacionou-se o sexo com a biologia e gênero com a cultura. (Laiseca, pegar ano; Soihet, 1997) Com este conceito, buscava-se um rompimento da associação de gênero masculino ou feminino ao sexo anatômico, com o determinismo biológico presente no uso dos termos “diferença sexual”, “sexo”, que supostamente resultaria em diferenças essenciais e inatas entre os indivíduos. Para isso foi utilizado o argumento que as diferenças e desigualdades existentes entre homens e mulheres eram social e culturalmente construídas. O gênero vem sendo utilizado como uma construção social do sexo, como um conceito que se opõe ou até mesmo complementa o conceito de sexo, referindo-se a características de personalidade, atitudes e comportamentos atribuídos, pela cultura, ao corpo sexuado. (Meyer, 2007)

Durante muito tempo, as questões de gênero estiveram voltadas exclusivamente para o feminino, sendo debatidas basicamente por mulheres. Os homens mantinham-se alheios a estas questões. Mas com a disseminação dos ideais/ideologias feministas, com o crescimento do movimento e com os questionamentos feitos pelas mulheres, houve uma desestabilização nas representações do gênero masculino, pela definição dos gêneros a partir do binarismo⁴. As mulheres buscavam “igualdade” de direitos perante os homens, ou seja, de direito ao trabalho, a licença maternidade, salários iguais, direito ao estudo e liberdade sexual. (Gomes, 2004)

Entretanto, essa busca, ao questionar os papéis femininos e masculinos e as relações de gênero, contribuiu para desestabilização da representação “tradicional” da masculinidade e da paternidade, dando espaço a circulação de novas significações e incentivando a busca de novas compreensões sobre a constituição subjetiva. Houve então um questionamento masculino sobre a sua ideologia de gênero, ideal de masculinidade e feminilidade que tem a ver com todo o sistema social, sobre o que se espera de homens e mulheres. Os homens passaram a se questionar o sentido do “ser homem?” e também qual era o papel deles dentro da sociedade, surgindo em meados da década de 80 uma literatura mais expressiva sobre os homens. (Simões, 2008) Além disso, houve também uma problematização da identidade homossexual masculina enquanto padrão. (Petersen, 1998)

A identidade de gênero da mulher pode ser explicada como um “padrão” de atitudes, modos de comportamento e até mesmo personalidade que são esperados das mulheres. Este

⁴ A definição de gênero a partir do binarismo consiste em categorizar o indivíduo a partir de uma oposição destes, como se fossem opostos e as características que definem cada um formassem um grupo fechado, delimitado.

“padrão” é construído e determinado pela sociedade, sendo que este foi e talvez ainda seja (apesar de estar sendo desconstruído) fortemente ligado ao exercício da maternidade. Assim, as mulheres só exerciam o papel de mulher e eram vistas como tal somente quando realizavam o ideal de maternidade. O sexo para elas tinha somente fins reprodutivos, diferentemente dos homens, que tinham sua identidade de gênero determinada através da não-contenção e por vezes pela exacerbação de seus desejos, sem caber a eles o comedimento no sexo, no uso de substâncias, na alimentação, na exposição a riscos e nem nas expressões de agressividade, o que indicava poder. (Villela, 2005)

Segundo Ferenczi (1968), há muito existe na sociedade a crença de que a libido sexual e o orgasmo são direitos exclusivos do homem. A sociedade impôs às mulheres um ideal de feminilidade que priva as mesmas de expressar seus desejos sexuais, considerando as tendências libidinais da mulher patológicas e viciosas.

O parágrafo acima mostra que não só as mulheres, mas também os homens estão sujeitos à cultura e à sociedade em que vivem, que impõe estereótipos e padrões de homens e mulheres a serem seguidos. Segundo Susan Dwyer Amussen (1985: 271), esses estereótipos eram estruturados basicamente da seguinte forma: “(...) os homens devem aprender a ser dominadores e ativos e as mulheres a serem submissas; se as mulheres devem ser castas, os homens devem conhecer os limites nos quais eles podem atentar contra esta castidade.”

Stoller (1964, 1968, 1979) criou a expressão “identidade de gênero”. A identidade de gênero é uma convicção do indivíduo sobre o seu papel. Nessa expressão, diferencia-se a masculinidade e feminilidade existente em todos os indivíduos, da qualidade de ser homem ou mulher biologicamente, ou seja, diferencia-se gênero de sexo. A identidade de gênero corresponde a um comportamento de origem psicológica que apesar de se poder relacionar ao sexo, à qualidade biológica da pessoa, pode apresentar tendência inversa ou até mesmo inversão. Ou seja, há os casos dos homens ou das mulheres que vivem de modo oposto ao do seu sexo.

Sendo a constituição biológica insuficiente para explicar as diferenças entre os sexos, no que tange a identidade masculina e as múltiplas variações que podem ser encontradas em diferentes culturas e épocas, o par de cromossomos XY não garante o seu desenvolvimento e o menino terá que passar por difíceis etapas até se tornar um homem. (Jablonski 2006)

O emprego do termo “identidade de gênero” é comum para a caracterização dos aspectos relevantes do “eu” à categoria de gênero e que contribuem para a consciência que um indivíduo tem do próprio sexo. Em suma, a identidade de gênero está relacionada aos significados e traços que um indivíduo possui de si e associa como sendo masculinos ou

femininos. (Jablonski, 2006)

As identidades, portanto, não são inatas aos indivíduos, mas construídas e constituídas a partir das interações com outros indivíduos, da forma como nos percebemos e a partir do que o outro representa para nós. Assim, o gênero não é fixado antes da interação social, mas é construído na interação, reforçando certa independência entre o ser biológico e o psicológico.

O *self*, no pensamento pós-moderno, é necessariamente incompleto, inacabado, em construção, e o que vigora é o sujeito em processo (Sarup, 1996). Não há mais uma identidade essencial, mas várias identidades em contínua (trans)formação, podendo ser contraditórias ou não-resolvidas. Desta forma:

“(...) em medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (Hall, 1998, p.13)

Mas há uma tendência da sociedade a tratar a feminilidade como algo natural, inato, inerente à mulher e a masculinidade como algo que deva ser construído, uma conquista cultural. Dizer imperativamente a alguém: “seja homem” não tem a mesma conotação do “seja mulher”. O homem sempre enfrenta o desafio de provar sua virilidade. (Badinter, 1993)

O que passa então a constituir o que passa a ser vivido e definido como masculinidade e feminilidade em determinada cultura e momento histórico, é a maneira pela qual as características masculinas e femininas são representadas como mais ou menos valorizadas, a maneira pela qual se faz a distinção entre o masculino e o feminino além daquilo que se é possível pensar e dizer sobre homens e mulheres. (Meyer, 2007)

Toda sociedade apresenta uma divisão de trabalho baseada na diferença entre o que é masculino e feminino. Essa divisão é construída socialmente e a partir das diferenças biológicas, sendo que cada sociedade organiza e modifica essa divisão de forma a ressaltar ou suprimir as características que possuem fundamentação biológica de acordo com os valores, costumes e crenças. (Durham, 1983) Nesses contextos mais tradicionalistas e conservadores, utiliza-se a biologia e o sexo anatômico para justificar essas relações. (Meyer, 2000a)

No âmbito da psicologia social, Spence (1985) propôs um modelo de identidade de gênero que enfatiza a multidimensionalidade e a variação individual. De acordo com esta perspectiva, o sentimento típico de *ser* masculino ou feminino permanece constante, mas os traços e comportamentos que dão suporte à identidade construída podem variar muito entre diferentes pessoas de uma mesma sociedade e em diferentes momentos da vida de uma

mesma pessoa. Por esta razão, os termos *masculino* e *feminino* podem acionar um conjunto de representações socialmente acordado, mas a masculinidade e a feminilidade de cada um pode ser definida em termos mais variados e idiossincráticos. Segundo Romeu Gomes (2008: 64):

“(...) a expressão 'gênero' - foi apropriada do campo da lingüística (o gênero das palavras) - surge historicamente para se referir às diferenças culturais entre os sexos, passando a ser utilizada, no século XX, pelo movimento feminista, para dar conta das diversas formas de interação humana no cenário da legitimação e da construção das relações sociais. Passou a ser uma categoria de análise que designa a organização social da relação entre os sexos, indicando, basicamente, uma rejeição ao determinismo biológico implícito nos termos 'sexo' e 'diferenças sociais'.”

Joan Scott (1990), pontua que o conceito de gênero foi criado com o intuito de dar significado às distinções entre os sexos, transformando machos e fêmeas biológicos em homens e mulheres, em seres sociais. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade” (Scott, 1990: 5). Dentro desse aspecto relacional, nenhuma compreensão sobre homens ou mulheres pode ser concebida se através de um estudo que os considere separadamente (Soihet, 1997). Susan Amussen (1985) reforça essa visão quando afirma que é o gênero que concretiza e dá significado às distinções entre os sexos, e é ele que faz com que machos e fêmeas venham a ser homens e mulheres, é ele que transforma seres biológicos em seres sociais. Para Filho (2005: 129):

“Este aspecto relacional vem da preocupação de alguns de que os estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita, assim a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente.”

A historiadora americana Scott (1988) tenta formular o gênero enquanto categoria analítica, discutindo como as identidades são construídas historicamente através dos discursos e como diferentes sentidos são atribuídos à diferença sexual. Para a feminista (Scott, 1990), o gênero deve ser visto como elemento constitutivo das/e intrínseco às relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, gênero é o primeiro campo no qual ou por meio do qual o poder é articulado, é um primeiro modo de atribuir significado às relações de poder. Essas diferenças são atreladas à símbolos culturalmente construídos.

Scott (1988, 1990) pontua ainda que a visão de gênero como categoria analítica permitiu uma renovação no campo da história feminista, mostrando-se vantajosa por sugerir uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional e influenciar todo o estudo recente sobre masculinidade, impondo uma reavaliação crítica das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.

Sobre a visão de gênero como categoria analítica, Romeu Gomes (2008) acredita que esse ponto de vista “possibilita refletir de forma conjunta, sobre a diferença e a igualdade não só entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres.”.

Um tipo comum de abordagem sócio-psicológica considera o gênero como uma categoria de pertencimento a um grupo social, que se dá através de um processo de identificação, no qual um indivíduo cria ligações entre o 'self' e outros indivíduos. Assim, ao se identificar como homem ou mulher, o indivíduo não apenas se auto-identifica, como também se identifica com um grupo de pessoas que compartilham a mesma categoria de pertencimento e, conseqüentemente, as mesmas características relevantes daquela categoria. Uma variante desta abordagem considera o gênero não como uma única categoria de pertencimento, mas como um conjunto delas. Nesta última perspectiva, o termo “identidade de gênero” é substituído pelo termo “identidades de gênero”, já que diferentes características relacionadas a gênero engendram variadas representações e identificações masculinas e femininas conforme o contexto social. Ou seja, traços de personalidade, atributos físicos, papéis sociais como a maternidade e a paternidade, orientação sexual, habilidade pessoais e escolhas profissionais podem, por exemplo, constituir diferentes formas de identificação social atreladas ao gênero (Deaux e LaFrance, 1998)

De acordo Joan (1992), o gênero expõe as diferenças, a construção das desigualdades binárias, o que nos desperta a “lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais” (Scott, 1992: sp).

Segundo Rosely Gomes Costa (2002), gênero se refere à categorização de pessoas, artefatos, eventos, seqüências e tudo o que faz parte da construção da imagem sexual, de forma a indicar meios pelos quais as características de masculino e feminino concretizam as idéias das pessoas acerca da natureza das relações sociais, referindo-se tanto a homens e mulheres como a objetos, eventos e comportamentos.

Para Dagmar Meyer (2007), os “papéis”, as características de gênero, são construções sócio-culturais que se modificam durante a história, ou seja, não são permanentes e constituem um processo que nunca está finalizado ou completo, e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera “masculino” e “feminino”. Além disso, como nascemos em tempos, lugares e circunstâncias diferentes e diversas, existem inúmeras maneiras de vivenciar a masculinidade e a feminilidade. Esse caráter plural e conflituoso dos processos pelos quais se constituem os corpos e os sujeitos femininos e masculinos é expresso pela associação do gênero com outras “marcas” sociais, como classe, etnia/raça, religião, sexualidade, nacionalidade, geração. Essas associações

modificam a forma como as feminilidades e masculinidades são experimentadas e vividas por inúmeros grupos, dentro de um mesmo grupo ou até mesmo pelo mesmo indivíduo em momentos distintos de sua vida.

O gênero é relacional tanto como categoria analítica, como processo social, e este conceito tem que ser capaz de captar a trama das relações sociais, na qual as relações de gênero têm lugar, e as transformações historicamente sofridas por elas através dos mais diferentes processos sociais. (Saffioti, 1992)

Há ainda uma perspectiva de gênero mais realista, que traz a teoria à prática, que é uma visão que não divide os papéis entre homens e mulheres em absoluto e que dá ênfase à polissemia, isto é, a existência de diversidade nas masculinidades e feminilidades. Há diferentes definições de gênero e estas são influenciadas por vários fatores, tais como raça, etnia, idade, classe social, preferência sexual, momentos históricos e regiões. Assim, “em vez de usar uma definição de gênero monolítica e estereotipada, é mais apropriado falar de masculinidades e feminilidades” (Korin, 2001: 70)

Romeu Gomes (2008) se mostra concordante a citação acima quando diz que o “feminino e masculino assumiram feições de acordo com as múltiplas culturas, sendo entendidos como construções culturais e não com base em alusões a um ativismo biológico. Assim, a qualidade de ser homem e ser mulher só ocorre nos termos da cultura produzida/reproduzida/modelada em dada sociedade” (Gomes, 2008: 65).

É notável que a cultura apresenta grande influência nas questões de gênero, pois é a partir dela que a sociedade vai “construir” seus homens e mulheres. Como o gênero é algo relacional que é construído pela sociedade e pela história, então os hábitos, crenças e costumes que constituem uma determinada sociedade irão influenciar necessariamente na concepção que se tem do gênero masculino e feminino, do que é “ser homem”. Louro (2001) afirma isso ao dizer que:

“a inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.” (2001, p.11)

O gênero se mostra então, uma categoria necessária à compreensão da construção do sujeito social, como do ser masculino e da masculinidade, que é um dos conceitos que permeiam esse trabalho e o qual será abordado no próximo capítulo.

3 O MASCULINO

Pode-se entender por masculinidade, o espaço simbólico responsável pela sustentação da identidade masculina, construindo um estereótipo de atitudes, comportamentos e emoções a serem assumidos por um homem social. Deste modo, a masculinidade representa uma variedade de valores, condutas, funções e atributos que são esperados de um homem de determinada cultura, tendo como referência o modelo de gênero relacional e sujeito a inúmeras variantes. Tais atributos se diferenciam ao longo do tempo, variando de acordo com o processo histórico e social em que o indivíduo se insere, e principalmente entre as classes e os segmentos sociais. (Gomes, 2008)

“[Masculinidade] é um conceito que responde a certos padrões e imperativos culturais que designam certas condições do sujeito, que em nossas culturas tem sido identificado como homem, porém circula de maneira mais livre ao reconhecer que tanto homem como mulher têm ou podem ter tanto características masculinas como femininas.” (Fernández, 2001: 27)

Os primeiros estudos sobre a masculinidade surgiram nos países anglo-americanos, principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. A provável causa para este fato é que estas civilizações davam grande ênfase à virilidade⁵, como se pode perceber através da história, da arte e da cultura de tais países (Badinter, 1993). Como dito no capítulo anterior, a masculinidade só começou a ser problematizada e tornou-se um objeto de estudo mundial a partir da década de 60, com o surgimento dos estudos de gênero, devido aos movimento feminista.

Os estudos da masculinidade passam então a se direcionar para o desenvolvimento da identidade masculina, certos traços e atitudes inatos, condescendentes com o conceito singular de masculinidade vigente. O homem ideal surge como ativo, forte e orientado à comunidade; e aqueles que não correspondiam a este padrão eram considerados femininos, hipomasculinis, problemáticos, e com a Segunda Guerra Mundial, estes “distúrbios” tornaram-se fonte de agressividade e delinquência juvenil. (Smiler, 2004).

O movimento feminista e o movimento *gay* foram de suma importância no abalo do modelo de dominação masculina e do estereótipo de homem “ideal/tradicional”, o que permitiu a abertura de um campo de pesquisas que abrangesse a discussão da masculinidade. (Gomes, 2008)

A identidade masculina era tida, até meados da década de 70, como inata, e os homens que não exerciam-na eram tidos como doentes, e encarados como portadores de distúrbios

⁵ A palavra “virilidade”, nesse contexto, pode ser entendida como a presença acentuada das características tradicionalmente atribuídas ao sexo masculino.

psicológicos. Para aquela sociedade os homens homossexuais “rebaixavam” o seu sexo ao optar estar abaixo dos (ser menos homem do que) outros homens; e as mulheres lésbicas, por sua vez, usurpavam um poder que não lhes pertencia, já que eram desprovidas dos meios de consumação da masculinidade. (Filho, 2005)

Porém a recriminação era muito maior sobre os homens, uma vez que a sociedade era uma sociedade patriarcal. Testes eram realizados para avaliar se ele sofria de algum distúrbio psicológico, para verificar se o homem se enquadrava no padrão de normalidade masculina. Estes testes eram elaborados com base na masculinidade descrita pela teoria do papel sexual masculino (*male sex role theory*), a qual adotava uma perspectiva bipolar⁶ entre os gêneros. Os homens que não se enquadravam neste padrão eram discriminados e encaminhados a tratamentos psicológicos. (Smiler, 2004)

Mas esses testes sofreram fortes críticas feministas, pois sustentavam certa bipolaridade entre masculino e feminino e a suposição de que cada um dos dois papéis de gênero é uma construção unidimensional. Além disso, a posterior publicação de novas mensurações que afirmavam a masculinidade e a feminilidade como distintas, provocaram uma revolução nas pesquisas sobre papel sexual. (Smiler, 2004)

Foi então que, no início da década de 1970, com a forte atuação das feministas no âmbito acadêmico, salientando as posturas sexistas dos estudos de gênero e a dominação masculina, surgiu um interesse por parte dos homens de investigar sua condição. Assim, foi possível observar o surgimento de diversos movimentos masculinos pelo mundo defendendo maior liberdade aos homens, reconhecendo que o papel masculino era um papel opressor na sociedade e que oprimia até mesmo os próprios homens.

Em 1975, surge nos Estados Unidos o *Men's Liberation*, um movimento de liberação dos homens. E embora o movimento masculino tenha começado simpático ao movimento feminista, discutindo a hierarquia de gênero e a subordinação e a opressão da mulher, logo surgiram escritos apontando a presença de opressão masculina também, negando assim a existência de uma hierarquia de opressões. (Smiler, 2004)

Apesar disso, foi apenas a partir da década de 90, mais de trinta anos depois da eclosão do movimento feminista, que foi possível notar um interesse maior sobre as questões masculinas, sobre a vida dos homens, havendo uma maior disseminação de informações sobre as emoções masculinas, os relacionamentos dos homens com suas companheiras e com outros homens, saúde masculina, sexualidade masculina e crises de identidade. (Petersen, 1998)

⁶ A perspectiva bipolar a que se refere neste parágrafo é utilizada como sinônimo do binarismo descrito no capítulo anterior.

Teóricos da masculinidade começaram a denunciar a opressão do papel sexual masculino e que este devia sofrer transformações ou ser abandonado, dando início ao *Men's Studies*. Assim, esses teóricos começaram a estudar a masculinidade seguindo o mesmo percurso que as mulheres, que haviam anteriormente criado o *Women's Studies*. A literatura sobre masculinidade começou a emergir privilegiando praticamente dois temas: a inexpressividade masculina e os malefícios do papel sexual masculino⁷. (Connell, 1995)

O homem sempre foi visto como um indivíduo superior à mulher, e esta deveria ser submissa a ele. Tendo como base as concepções de gênero, que este é uma construção histórica e social, sujeita à diversas variantes e que se trata de uma relação de poder, pode-se dizer que na cultura ocidental, o Cristianismo teve um papel crucial na determinação das relações de poder entre homens e mulheres e no papel destes dentro da sociedade. O Cristianismo justifica a submissão da mulher perante o homem com a Bíblia. Em Gênesis, surge primeiro Adão e depois Eva. “O Senhor Deus disse «Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma **auxiliar** semelhante a ele»” (Gen. 2: 18). Tal versículo tornou-se, na Teologia Cristã, a prova necessária para a manutenção da hierarquia sexual e social nas famílias cristãs e nas instituições eclesásticas, a visão de que a mulher foi criada apenas para ser a “auxiliar” do homem (Toldy, 1997). O mesmo pode ser percebido em Gênesis 3:16: “E [Deus] à mulher disse «Multiplicarei grandemente a dor de tua concepção; em dor darás a luz à filhos; e o teu desejo será para teu marido, e ele te dominará»”.

Entretanto, entende-se que os homens, na condição de seres humanos, possuem sentimentos, tanto quanto as mulheres, dessa forma, eles “aprendem” a esconder/omitir seus sentimentos. Tal fato se deve a cultura ocidental que imprime no homem o ideal de que para ser masculino, para “aprender” a ser homem, o indivíduo precisa passar por uma etapa tida como “anti-mulher”, em que nela irá se degradar tudo o que aquele indivíduo tem de “feminino”. Segundo Nancy Chodorow (1978), tornar-se homem envolve recusar-se a relação e a ligação (e negar tudo aquilo que remeta a feminilidade). Chegada uma certa idade, os homens são impedidos de expressar ternura, carinho, tristeza ou dor, por essas remeterem a dita “fragilidade feminina”, lhes sendo permitido somente a ira, a agressividade, a audácia e também o prazer (Asturias, 1997). A partir desse momento, evita-se então, demonstrar

⁷ Inexpressividade masculina refere-se ao atributo do modelo tradicional de identidade masculina que dita que para exercer a sua masculinidade, o homem necessita conter e até mesmo omitir seus sentimentos e controlar a intensidade e a forma de suas manifestações de afeto que são atitudes/ manifestações tidas como femininas e portanto, numa visão unidimensional da masculinidade e da feminilidade, não condizentes com o modelo tradicional de papel/identidade masculinos. O malefício do papel masculino por sua vez está relacionado aos atributos masculinos (incluindo o atributo anterior) que prejudicam de alguma forma a integridade moral e até mesmo, em alguns casos, física do homem.

emoções, e qualquer atitude considerada “feminina”. Para Unbehaum (2000), o distanciamento dos homens no que diz respeito às demandas afetivas é reconhecido, em nossa sociedade, como sendo próprio de certo estereotipo heterossexual de masculinidade que norteia o comportamento masculino. Retomando a Joan Scott (1990: 12): “A idéia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino.”

Segundo Stoller (1993), em qualquer cultura, o homem teme a ternura e a intimidade, pois tais sentimentos encontram-se ligados a um receio, e simultaneamente, a um anseio de voltar ao estado de fusão com a mãe e a simbiose, o que caracteriza uma proto-feminilidade.

A masculinidade e a feminilidade são noções dependentes das formas culturais, e dentro dessas, as noções de gênero/identidade emergem. Há sociedades em que apenas o fato de possuir um pênis não constitui garantia de acesso à masculinidade: esta última, que não é natural e nem tampouco inata, deve ser adquirida através de rituais de felação, rigidamente controlados pelas leis do incesto, onde os meninos devem, para tornar-se homens, guerreiros, ingerir esperma dos mais velhos, e tais rituais são chamados “rituais de iniciação-aquisição⁸ da masculinidade”. Em outras sociedades, a noção de masculinidade é diametralmente oposta. Nestas, cultiva-se qualidades não-competitivas, sendo a agressividade considerada coisa intolerável (Ceccarelli, 1998).

Há diversas maneiras pelas quais um menino aprende sobre a sua masculinidade. A primeira delas é pela presença da figura paterna, é o modelo primeiro de masculinidade com o qual um menino tem contato. Mas além dessa forma, em nossa sociedade, são evidentes mais três métodos de aprendizagem da masculinidade, sendo os três considerados perigosos. O primeiro é pelos meios de comunicação, principalmente a televisão, que apresenta no geral, três modelos de homem: o desportista ultracompetitivo, o violento e criminoso e o alcoólatra e drogado, passando à criança imagens de homens agressivos, invulneráveis, insensíveis, emocionalmente fechados e muito negligentes com relação ao seu bem-estar pessoal; a segunda é através das representações masculinas vindas de amigos, do grupo social em que vive; e a terceira, por simples reação, passando a interpretar “masculino” como “não-feminino”. Essas três formas de aprendizagem transmitem aos meninos e adolescentes uma imagem altamente estereotipada, distorcida e limitada da masculinidade (Asturias, 1997).

Durante muito tempo, a masculinidade era descrita como possuidora de características universalizantes e históricas, em que sobressaía o modelo de homem empreendedor, guerreiro

⁸ A palavra “aquisição” na expressão que nomeia o ritual anteriormente citado, deixa claro que, em certas culturas, a masculinidade é tida como algo que deve ser construído, adquirido e não algo inato.

e provedor. Porém, já se tem hoje a noção de que a masculinidade varia entre si, ou seja, que há diversas formas de masculinidade, e que existem variantes que as determinam, que não se pode tomar este modelo estereotipado como sendo único e exclusivo, admitindo-se para a masculinidade um caráter polissêmico (Schpun, 2004). Para Michael Kaufman (1995: 125), tais modelos “baseiam-se no poder social dos homens, mas são assumidos de modo complexo por homens individuais que também desenvolvem relações harmoniosas com outras masculinidades”.. Segundo Michael (1995), para alguns homens, o poder social que é concedido à masculinidade é, ao mesmo tempo, fonte de poder e privilégio, e de dor e alienação.

Para Joan Scott (1995), o que caracteriza essa alienação do homem é o processo pelo qual este, na tentativa de interiorizar, individualizar e reforçar esse poder que lhe é concedido pela masculinidade, suprimem suas necessidades, emoções, compaixão, receptividade, por julgar incompatível com o poder masculino. Em suma, há uma alienação de afetos e de relacionamentos de cuidado.

Segundo David Morgan (1992), a masculinidade não deve ser vista como um atributo que os homens possuem em maior ou menor quantidade, mas como algo inserido em relações de poder e que ajuda a perpetuar tais relações. Connel (1995) faz uma fala em concordância com a de Morgan quando sugere que pensemos as masculinidades em função dos jogos de poder que se estabelecem entre os homens de acordo com as determinantes sociais intra-gênero, como classe social e etnia, por exemplo.

Para Kimmel (1997), apesar das masculinidades variarem com diferenciações internas como a raça a etnia, classe, idade ou orientação sexual, todas significam *no ser como las mujeres*. De acordo com Baldinter (1993: 99) o padrão de normalidade masculino estabelece que “a identidade masculina está associada ao facto de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força”.

A masculinidade do ponto de vista sexual, estaria mais relacionada com a posição assumida no ato (ativo/passivo, penetrante/penetrado) do que com a aparência dos corpos em atuação, o que faria com que homens se sentissem mais “homens” quanto mais corpos pudesse penetrar, sejam corpos de homens ou mulheres (Parker, 1989); num outro momento, Daniel & Parker, (1991) afirmam que os homens tomam a atividade sexual como algo que legitima a identidade masculina; ser homem para eles é desempenhar o papel de quem “penetra” e domina os outros; em contrapartida, profissionais do sexo relatam que muitos homens gostam de serem penetrados sem se sentirem gays, contanto que a figura que os penetre seja feminina (Villela, 2005).

A identidade sexual que a maioria dos homens assume responde a um modelo socialmente determinado que exacerba as condutas mais associadas à masculinidade, entre as quais se destacam a indiferença, a prepotência, o falocentrismo⁹, a obsessão pelo orgasmo e também a multiplicidade de parceiras. A construção da masculinidade hegemônica está diretamente vinculada à adoção de práticas temerárias e de graves riscos (como no caso do atividade sexual, ao recusar o uso de preservativo para a prevenção de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis) e também o consumo de álcool, que serve, muitas vezes, para facilitar a conduta sexual insegura (Asturia, 1997).

Segundo Karen Giffin (2005), há estudos dos novos conflitos na masculinidade relacionados a novas demandas, principalmente para os homens de classe média, dentre elas a de sutilezas e sensibilidades antes consideradas femininas, nas relações sociais e afetivas.

Atualmente, a masculinidade é compreendida como sendo múltipla, residindo dentro do sujeito, e esta seria governada por uma ideologia, sofrendo influências sócio-culturais que afetam as experiências individuais da masculinidade. Historicamente, a posição da masculinidade como sendo parcialmente oposta à feminilidade é amplamente aceita. Entretanto, Smiler (2004) salienta que nenhuma relação entre masculinidade e feminilidade tem sido especificada nas teorias mais recentes.

Araújo (2005) ressalta a participação do capitalismo, nas transformações masculinas. Para o autor, o capitalismo enfraqueceu o patriarcado, e conforme o poder paterno declinava, as mulheres ocuparam o espaço na esfera pública, tanto para atender às necessidades do mercado quanto da própria família, uma vez que o homem já não dava mais conta do seu papel de provedor.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, tem sido exigido dos homens o comprometimento em relacionamentos, a comunicação de seus sentimentos mais íntimos, cuidar dos filhos, a divisão de tarefas domésticas, a integração de sexualidade e amor, e restringir a agressão e a violência. Estes são aspectos que entram em conflito com a masculinidade tradicional, gerando nos homens o sentimento de mal-estar (Levant 1996). Portanto, concepções que definem o masculino como sinônimo de força, virilidade e heterossexualidade vêm sendo questionadas, reforçando a idéia da coexistência de várias masculinidades. (Unbehaum, 1998)

Diante deste quadro, acredita-se que os homens em todo mundo estariam vivendo uma crise da masculinidade como nunca vista antes, pois a pressão sofrida pelos homens para que ajam de forma a ir contra a ideologia tradicional da masculinidade nunca foi tão grande. Tal

⁹ Postura assumida na convicção de superioridade masculina simbolizada no “eu”.

situação tem feito com que os homens se sentissem confusos e desnorteados, diminuindo, para eles, o orgulho em ser homem. (Costa, 2000)

Sabe-se que apesar da transformação nos papéis masculinos e femininos, a reprodução ainda se mostra de grande importância para a afirmação da masculinidade, pois ela é um dos ideais que define o masculino hegemônico, no sentido de virilidade. Há relações entre paternidade e masculinidade assim como entre fertilidade e masculinidade, sempre mediadas pelas questões de gênero. (Costa, 2002)

A capacidade de “fazer” e criar, sustentar os filhos é algo que comprova de certa forma a masculinidade, ou seja, homens que são capazes de gerar e criar filhos são considerados mais “homens” do que aqueles que não podem fazê-lo. Isso comprova que há uma hierarquia entre as masculinidades, entre os homens, deixando, por exemplo, um homem infértil num patamar mais baixo do que o homem fértil, pois a infertilidade além de ser relacionada com a não possibilidade de ser pai, nos remete também a impotência sexual. Não conseguir ter filhos, portanto, relaciona-se, para os homens, com a sexualidade, e ameaça a sua virilidade. (Costa, 2002). De acordo com Unbehaum (2000: 58-59):

“os estudos sobre identidade masculina são uma interface das discussões sobre paternidade. Ser ou não pai, biológico ou não, é um dos elementos que caracterizam, em cada cultura, de maneiras distintas, a identidade masculina. Os estudos sobre o ‘novo pai’ direta ou indiretamente acabam remetendo à existência de um ‘novo homem’ e evidentemente problematizam o modelo de masculinidade hegemônico.”

Pode-se perceber então que, a partir de uma visão social, o exercício da masculinidade vem sendo comumente relacionado ao exercício da paternidade, sendo a última um dos fatores decisivo na hierarquização entre indivíduos do sexo masculino. A masculinidade remete-nos à paternidade, que é tida muitas vezes como uma das “provas” de virilidade e de atributos morais como a responsabilidade. Indivíduos que são pais e exercem o seu papel de provedor, de chefe de família são socialmente tidos como “mais homens”, “mais responsáveis” do que os indivíduos que não são pais ou que são mas não cumprem seu papel de provedor/mantenedor.

4 A PATERNIDADE

4.1 UM PANORAMA DA PATERNIDADE

Carol Delaney (1986) considera a paternidade como um conceito que tem o significado derivado das relações com crenças, com a cultura, com a região geográfica, com a etnia, e com outros conceitos, devendo, portanto, ser entendida como uma construção cultural que reflete categorias e significados de culturas específicas que está sujeita a diversas variantes, assim como a masculinidade.

Diferentemente dos estudos acerca da feminilidade e maternidade, os estudos sobre paternidade não surgiram a partir de questionamentos sobre a condição masculina, nem tampouco sobre a opressão masculina e sim como reflexo da mudança de comportamento feminino, se fazendo necessária a realização de um “balanço” do papel/identidade masculina e até mesmo a reconfiguração deste.

De maneira geral, estes estudos dão ênfase às conseqüências na relação pai-filho do divórcio e da ausência paterna, e aos efeitos morais da paternidade no desenvolvimento da criança e na definição da identidade sexual e heterossexual da mesma (Lamb, 1982). Segundo Sandra G. Unbehaum (2000), a influência da psicologia nos estudos sobre a paternidade:

“(...) é bastante evidente. De maneira geral, a paternidade é focalizada a partir de dois eixos que destacam: 1) uma suposta mudança na identidade masculina e nas relações familiares — o “novo homem” e o “novo pai” são expressões recorrentes; 2) a necessidade do envolvimento masculino na vida familiar e com os filhos, como meio de viabilizar transformações nas relações de gênero, além de atender às necessidades básicas das famílias, particularmente das crianças.”

Os homens, assim como as mulheres, possuem deveres e papéis construídos pela sociedade. O que se vê na sociedade ao longo dos séculos é que ser homem esteve e talvez ainda esteja muito interligado ao exercício da paternidade, mas não do mesmo modo que a maternidade é atribuição da feminilidade. (Costa, 2002)

A maternidade é admitida como sendo um desejo que sempre existiu na mulher, um instinto, um sonho, ou seja, as mulheres vão se “fazendo” mães ao longo da vida. Já a paternidade é colocada como um desejo que nasce em algum instante, em um determinado momento – geralmente com o casamento - da vida do homem, ou seja, um desejo que amadurece com o tempo. (Costa, 2002)

Para Comel (1998), o significado atribuído à paternidade na vida dos homens, ainda não é encarado como uma realização pessoal, e é vivenciada como uma experiência que ocorre paralela à vida. Para muitos homens a paternidade está atrelada com a identidade masculina, pois continua associada à responsabilidade de mantenedor da família, à prova

pública de macho reprodutor, como afirmação de potência e virilidade. (Caruso, 1986; Maciel, 1994)

Na sociedade brasileira, em especial, a tradição patriarcal, reforçada pelo Catolicismo, contribuiu para estruturar as relações familiares em uma rígida divisão de atribuições. A maternidade permanece vinculada a aspectos biológicos, como necessidades físicas do bebê que só a mãe pode satisfazer; e a aspectos psicológicos, considerando que o bom desenvolvimento da criança depende de uma boa maternidade, em oposição a paternidade, que se define social e culturalmente - o pai deve prover a família e dar-lhe respaldo moral - e aparece desvinculada do processo reprodutivo. (Unbehaum 2000)

Em outra obra, Sandra Unbehaum (1998) reforça a idéia apresentada no parágrafo anterior quando afirma que a tradição patriarcal e paternalista de nossa sociedade, reforçada pela formação católica, contribui de maneira significativa para a estruturação, ao longo da história, das relações familiares segundo uma rígida divisão de atribuições. No imaginário social, a atividade do cuidado e da educação aos filhos é representada como função materna, função da mulher, e bom pai é aquele que garante o exercício de tal atividade. Percebe-se que de certa maneira, a maternagem é atrelada ao aspecto biológico, enquanto em oposição, a paternagem é definida social e culturalmente, aparecendo desvinculada do processo reprodutivo.

Os termos 'paternagem' e 'maternagem' são termos traduzidos da literatura americana - *fathering* e *mothering* - de forma literal, e são utilizados por alguns autores para diferenciar a capacidade biológica para a reprodução - encerrada nos termos paternidade e maternidade - da dimensão social, do ato de cuidar, da responsabilidade social para com os filhos (biológicos ou não). Porém, na cultura brasileira, os termos paternidade e maternidade se referem além da capacidade reprodutiva biológica à função de pai e mãe no âmbito social, do cuidado e da responsabilidade. (Hoepfner, 2004)

De maneira tradicional, podemos interpretar a paternidade de dois modos: o pai como aquele que concebe, que 'faz filhos'; e o pai como aquele que educa e sustenta os filhos, sejam estes biológicos ou não. Para os homens a paternidade é fundamental para a comprovação e afirmação da masculinidade, como se a capacidade de se reproduzir comprovasse o atributo físico da paternidade e educá-los e cuidá-los comprovasse o atributo moral. (Costa, 2002)

A família nuclear burguesa, caracterizada por uma rígida divisão de papéis sexuais, consolidou a imagem do pai como provedor financeiro, distante da família e da criação dos filhos, e que representava simbolicamente a autoridade e a lei. Nesta época, Rousseau havia

desenvolvido idéias em sua obra *Émile* que teriam influenciado o comportamento das mulheres burguesas. (Ramires, 1997; Rezende & Alonso, 1995; Silva & Piccinini, 2007)

As mulheres burguesas foram as primeiras mulheres a incorporar as mudanças propostas principalmente por Rousseau; as aristocratas e a plebe teriam assimilado por último o novo perfil materno defendido por Rousseau, que revelava uma nova imagem de mulher: submissa e passiva, que deveria aprender a ler somente para ser uma boa educadora e saber governar a casa. (Badinter, 1993; Unbehaum, 2000)

A mãe durante, muito tempo, possuiu o papel de cuidadora primária e o pai, o de provedor das necessidades materiais da família (Martini, 1999; Levy-Shiff & Israelashvili, 1988). O tradicional modelo de pai se resumia à autoridade, à isenção de compromissos e de manifestações afetivas para com os filhos, e a relação estabelecida entre pai e filho(a) era marcada pela idéia de diferença, como afirma Figueira (1987: 15), ao se referir à hierarquia familiar: “adulto é diferente de criança, está na posição de quem sabe ‘mais e melhor’, e pode – e mesmo deve – de quando em quando, mostrar seu poder através do exercício legítimo da disciplina”.

O distanciamento afetivo do pai, na sociedade atual é reconhecido como pertencente a um modelo heterossexual de masculinidade que norteia o comportamento masculino. Pela falta de clareza deste modelo e devido a críticas a ele, e por uma nova concepção de paternidade e de comportamentos masculinos, a masculinidade teria entrado em crise. (Gomes, 2008)

Autores como Parke (1996) e Moraes (2001) afirmam que, com o aumento do envolvimento das mulheres no campo profissional, e outros fatores socioeconômicos, foram necessários um rearranjo familiar e modificações na relação entre homens e mulheres, dentre elas a separação de papéis conjugais e parentais, que vêm abrindo espaço para a participação dos homens no cuidado com seus filhos, mais ativos em sua parentalidade e exercendo influências diretas sobre o desenvolvimento de seus filhos. Tal fato comprova que a paternidade e a maternidade englobam significados que são construções sócio-culturais, portanto são fortemente influenciadas pela constituição das identidades e dos papéis de gênero. (Unbehaum, 2000)

Segundo Hewlett (2000), o papel que o pai exerce hoje, principalmente nas culturas ocidentais, é único na história da humanidade. Assim, embora o envolvimento paterno não tenha apresentado um grande crescimento quantitativo, há o desejo de um maior envolvimento e participação por parte dos pais, na criação de seus filhos, acompanhado de uma nova capacidade de paternagem, cujas características estão mais associadas à figura

materna (Anderson, 1996; Hall, 1994; Rezende & Alonso, 1995).

Os pais da sociedade atual – em especial aqueles com crianças pequenas - têm a percepção de que possuem uma maior responsabilidade pelo cuidado com os filhos, e a evidência empírica demonstra que os pais de hoje passam mais tempo com os filhos do que passavam os pais de gerações anteriores. (Lamb, 1997; Pleck, 1997; Balancho, 2004)

O modelo de pai essencialmente provedor do sustento financeiro e que tem participação indireta e reduzida na criação dos filhos, portanto, não representa mais a realidade da maioria das famílias ocidentais (Lamb, 1975; Parker, 1996), e um novo padrão de pai foi sendo “criado”:

“É um homem oriundo das classes médias ou altas, que se beneficia de uma formação e de uma renda mais elevada que a média. Tem uma profissão liberal que lhe permite, bem com a sua mulher, dispor livremente de seu tempo e rejeita a cultura masculina tradicional. A maioria se diz em ruptura com o modelo de sua infância e não quer, por nada, reproduzir o comportamento do pai, considerado “frio e distante”. Eles almejam “reparar” a sua própria infância. Finalmente, vivem com mulheres que não têm vontade de ser mães em tempo integral” (Badinter, 1992: 172)

Há uma nova consciência de que a criação dos filhos também é função do pai, mas os homens que assumem esse novo papel nem sempre recebem apoio social. (Brazelton, 1988)

Na perspectiva de Ménard (2000), o que está se modificando na paternidade não são os sentimentos do pai, mas como estes estão sendo manifestados; o pai se tornando e se mostrando fisicamente íntimo e buscando contato corporal com o filho, além de um acelerado processo de modificações socioculturais que tem marcado a vida de homens e mulheres, responsável por causar uma insegurança masculina com o que diz respeito a mulher independente e sobre a presença de um “novo” homem e de um “novo” pai. (Unbehaum, 1998)

Na literatura, há o que se chama de "pai nutridor", que é definido como aquele que possuiu uma relação próxima e empática com os filhos e que exerce igualmente com a mãe as funções de cuidar da criança, e dar assistência a elas, tanto física quanto emocional (Jablonski, 1997; Muzio, 1997), além de demonstrar-se equilibrado entre o espaço público e privado, sendo capaz de deixar transparecer a afetividade e as suas emoções (Barsted, 1997).

O pai nutridor, portanto, se mostra diferente do modelo de pai tradicional, o último tendo suas funções resumidas a controlar a família, dar permissões, intervir através da sua opinião, estabelecendo o que é certo e o que é errado, prover alimentos, impor castigos, disciplinar e, por vezes brincar e participar de passeios com a família. Portanto, o pai nutridor pode ser considerado o dito “novo pai”. (Muzio, 1997)

Sandra Unbehaum (1998) explica que isso ocorre porque, com a entrada das mães no mercado de trabalho, os pais foram convocados a uma maior participação na esfera privada, e conseqüentemente, um maior contato com os filhos, criando no masculino, o desejo em ampliar o seu envolvimento na criação dos filhos, tendência essa que é refletida no crescimento de homens solicitando a custódia de seus filhos.

4.2 OS HOMENS E A PATERNIDADE

A trajetória do homem rumo à paternidade difere da feminina rumo à maternidade, pois somente a mulher sente o filho crescendo dentro de si, dá a luz e amamenta-o (Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes & Tudge, 2004). É por isto que, segundo Maldonado, Dickstein & Nahoum (1997), muitas vezes os pais não conseguem criar um vínculo concreto e sólido com a criança.

O homem sofre muito com o impacto que a gravidez gera, já que é nela que ele e a companheira deixam de ser filho e filha para se tornarem pai e mãe. As responsabilidades que vêm com a chegada de um filho, o medo, e as mudanças na relação entre o casal levam o homem a viver uma fase conflituosa. (Osherson, 1992)

De acordo com Brazelton (1988), a exclusão e a competição são sentimentos muito freqüentes e esperados nos pais, pois a mulher se torna o centro das atenções de todos, e poucos se interessam pelos sentimentos do futuro pai durante este período de adaptação. Além disso, eles se sentem muito inseguros, por outro motivo: enquanto o filho for um recém-nascido, o homem não se sente importante, se sente desnecessário, como se fosse o “eco” da mãe, e se afasta dos cuidados com o bebê ao mesmo tempo em que a mãe, concentra todas as suas atenções na criança. O homem então se sente excluído e menos importante que o bebê. Isso acontece quando o pai não encontra uma maneira de participar desta fase da criança, o que às vezes faz com que os homens sintam raiva e ressentimento pela companheira e pelo recém-nascido. (Osherson, 1992)

A exclusão do homem durante a gestação da mulher ocorre devido ao fato de a gravidez ocorrer no corpo feminino, e isso, faz com que o homem veja na maioria das vezes, a educação e criação do filho como “responsabilidade” da mulher, por este ter se originado no corpo feminino. (Unbehaum 2000)

Para os homens, são perturbadores os sentimentos que a paternidade provoca neles: sentem-se frágeis e indefesos diante dos filhos. De acordo com Segundo Samuel Osherson (1992), há um costume por parte dos homens em viver o amor a partir de uma posição de

força, mas a paternidade os torna vulneráveis, fazendo com que não saibam como ser um pai emocionalmente presente e receptivo. Há uma diferença entre ser o pai orgulhoso e esforçado, que defende e protege e o que toma a criança nos braços, embala e protege. Há um conflito, pois desejos como esses podem parecer femininos e impróprios para um homem.

O “amar a partir de uma posição de força” no trecho acima, diz respeito aos amores do homem, no caso, a relação homem-mulher, que é uma relação de poder e não gera nele vulnerabilidade, por ele ser a ferramenta de dominação. Mas a paternidade gera no homem a preocupação de abusar deste poder que é instintivo e se afastar emocionalmente dos filhos se tornando como disse Baldinter (1992: 172) “*frio e distante*”, cometendo com os filhos, os mesmos erros que o pai cometeu e que ele considerava repugnante. Na tentativa de corrigir e resolver antigos conflitos parentais, o homem fica então desorientado e sem saber como agir.

A paternidade faz com que o pai tente medir ao máximo carinho e atenção, sem deixar que isso afete seu poder: como ser um pai atencioso e carinhoso sem perder a autoridade? Os pais se sentem dominados pelos filhos. Além disso, o homem teme que suas atitudes sejam interpretadas como femininas e que isso afete a visão alheia sobre a sua masculinidade. (Osherson, 1992)

Segundo Gomes & Resende (2004), o nascimento de um filho provoca no homem desejos inconscientes e fantasias relacionadas à morte e situações ligadas à resolução de conflitos parentais. Segundo This (1987) “É por isso que, ainda que desejado pelo homem, feliz em ser pai, o nascimento se anuncia e é vivido num clima emocional que varia segundo o tempo e os indivíduos; cada homem reage à sua maneira” .

As “*fantasias inconscientes ligadas à morte*” se dão devido a uma visão existente de que a paternidade é na verdade um ritual de substituição, de passagem de valores e princípios para alguém que será seu sucessor, principalmente se o filho for do sexo masculino. O pai acorda para a sua mortalidade a partir do momento em que vê o filho como aquele que irá substituí-lo. (Ceccarelli, 1998)

Para Gus Napier (1988), frequentemente, a confusão que o homem sente ao estar com seus filhos e a facilidade com que eles têm de se afastar deles emocionalmente, nascem da incapacidade do homem de reconhecer e entender os sentimentos intensos que a vida familiar lhe desperta.

4.3 UMA “NOVA” PATERNIDADE

Nos últimos anos, com o ingresso crescente de mulheres no mercado de trabalho e

maior participação destas na esfera pública, houve a necessidade de uma maior participação paterna na esfera privada. Essa maior participação masculina no âmbito doméstico, principalmente no que diz respeito ao cuidado com a criança, vem sendo denominada “nova paternidade”. (Lyra, 1998)

Na tentativa de compreender esse modelo emergente de novo pai, Jorge Lyra (1998) destaca as obras do psicólogo norte-americano Michael Lamb (1986), segundo o qual tal modelo tem se mostrado fundamental para a análise das relações parentais na sociedade contemporânea.

Pensando nessas questões de gênero, masculinidade, da construção da paternidade e de uma possível “nova” paternidade, o próximo capítulo constitui a análise de uma entrevista, visando observar como as categorias apresentadas ao longo destes três capítulos de revisão teórica, se apresentam na vida de um sujeito, buscando transpassar essa vivência para todo esse grupo social (masculino no exercício da paternidade).

5 TRABALHO DE CAMPO

5.1 METODOLOGIA

A realização da pesquisa se dividiu em duas partes: levantamento de dados a partir de revisão bibliográfica da literatura de gênero e trabalho de campo em forma de entrevista. A revisão bibliográfica foi utilizada para a sistematização da produção literária atual sobre as discussões de gênero, masculinidade e paternidade, para a introdução e esclarecimento de conceitos, e do histórico das discussões de gênero.

Já o trabalho de campo, elemento essencial para a pesquisa social, foi feito por meio de entrevista, objetivando o recolhimento de dados a partir de atores sociais. As entrevistas foram pensadas a partir das discussões apresentadas na revisão bibliográfica.

Através da entrevista, podem ser conseguidos dados de duas naturezas: objetiva e subjetiva. Será utilizado nesta pesquisa, o método subjetivo de entrevista, ou seja, o que se refere diretamente ao indivíduo entrevistado, abordando suas crenças, atitudes, valores e opiniões, destacando a palavra como símbolo de comunicação entre as duas partes, entre o entrevistador e o entrevistado e a fala do entrevistado, a palavra, como reveladora de códigos de sistemas e valores contraditórios. (Minayo, 1999)

Usaremos para a análise da entrevista a idéia de Bourdieu exposta na obra de Minayo (1999: 110) que afirma que a “identidade de condições de existência, tende a reproduzir sistemas de disposições semelhantes, através de uma harmonização objetiva de práticas e obras”, sugerindo que membros integrantes de um mesmo grupo social ou classe são produtos das mesmas condições objetivas, entendendo que cada agente, de forma consciente ou inconsciente, produz e reproduz sentido objetivo, pois suas ações são o produto de uma forma de agir da qual ele não é um produtor imediato, nem tem domínio completo.

A partir disso, foram realizadas 02 (duas) entrevistas com intuítos diferentes. Para uma primeira sondagem acerca do tema, foi realizada 01 (uma) entrevista exploratória com a pesquisadora Regina Simões Barbosa do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/UFRJ, com roteiro incluído no Anexo 1. Nessa entrevista, foram adquiridas informações iniciais sobre o tema, visando melhor entendimento sobre os debates acerca das questões de gênero como construções sociais, dadas dentro de um contexto sócio-histórico. Foram explorados assuntos como o surgimento dos estudos de gênero, os conceitos de gênero, de papel social, entre outros. Dados obtidos na entrevista foram utilizados na construção do referencial teórico.

O formato de entrevista “História de Vida” foi escolhido por apresentar definições e experiências vividas pelo entrevistado e como este interpreta suas próprias experiências. Dentro deste modelo de entrevista utilizamos do artifício da história de vida tópica, por enfatizar determinado setor da vida pessoal do entrevistado (no caso dessa pesquisa, sobre as

representações de masculinidade e vivências relacionadas à paternidade) visando revelar o ambiente intangível dos acontecimentos que constituem a experiência de determinado grupo social (Minayo, 1999).

Dentro desse formato foi realizada 01 (uma) entrevista, sendo estabelecidos alguns critérios para a escolha do entrevistado: ser do sexo masculino, ter idade entre 25 e 40 anos, ser estudante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, ser pai e residir no município do Rio de Janeiro. Esses critérios foram escolhidos pela praticidade de envolvermos sujeitos da própria EPSJV, e o critério de idade estava relacionado com o fato de que se deseja entrevistar adultos jovens. Selecionamos os sujeitos da pesquisa a partir de indicação da coordenação de cursos técnicos, especialização técnica ou pós-graduação da EPSJV.

A entrevista teve como objetivo refletir sobre a experiência do homem como um sujeito masculino e como pai, a fim de discutir a construção da masculinidade e da paternidade, e suas relações (Anexo 2).

A pesquisa de campo foi constituída por 01 (uma) entrevista. Este não era o número inicial que havia sido proposto para a realização da pesquisa, mas devido à falta de tempo e à mudança da forma de trabalhar a pesquisa, o número de entrevistados foi alterado.

A entrevista, que durou cerca de 02 (duas) horas, seguiu um roteiro, que foi previamente testado (Anexo 2), e que consiste em 04 (quatro) blocos de perguntas, o primeiro bloco correspondia à identificação do sujeito da pesquisa; o segundo bloco de perguntas dizia respeito à história familiar do entrevistado; o terceiro pretendia refletir sobre as representações de masculinidade do indivíduo; e o quarto, sobre suas vivências relacionadas à paternidade. A data, hora e local da entrevista ficaram a critério do entrevistado. Foi garantido ao sujeito da pesquisa o anonimato e o direito, a qualquer hora ou momento, de desistir de sua participação sem nenhum prejuízo com sua relação profissional ou acadêmica com a instituição, como estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a resolução CNS 196/96 (Anexo 3). A entrevista foi gravada e transcrita.

A análise da entrevista foi realizada de forma a destacar e pontuar aspectos, categorias e significações encontrados na revisão bibliográfica e relacioná-los com trechos da entrevista, estabelecendo uma relação comparativa entre revisão bibliográfica e a pesquisa de campo.

Foi utilizada para a ordem de análise, a ordem da revisão bibliográfica, que também obedece a ordem cronológica e temática da entrevista. Dessa forma, primeiro abordaremos as categorias relacionadas ao primeiro capítulo (gênero), depois as relacionadas ao segundo capítulo (masculinidade), e por último, as relacionadas ao terceiro capítulo (paternidade).

5.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi realizada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ. O local, a data e o horário ficaram a critério do entrevistado.

O entrevistado, de nome fictício Davi, tem 33 anos, é natural do Rio de Janeiro, solteiro e possui três filhos, duas meninas e um menino sendo uma menina do primeiro casamento e os outros dois do segundo. Davi reside na Zona Norte do Rio de Janeiro e trabalha como agente comunitário de saúde.

Os pais de Davi se separaram ainda cedo, e ele foi criado pela avó paterna, a quem chama de “mãe”, e pelo avô. Davi teve uma relação distante com sua mãe biológica. Seu pai durante algum tempo de sua infância saiu de casa, período no qual ninguém teve notícias dele, e retornou posteriormente.

Após sair de casa, Davi conheceu sua primeira esposa, com quem teve uma filha, que depois da separação ficou sob a guarda da mãe. Passado algum tempo, ele conheceu a mãe de seus outros dois filhos, com quem teve uma relação estável e morou junto durante alguns anos. Os dois se separaram e Davi hoje se encontra com a guarda do menino e a mãe, da menina.

A Análise da Entrevista

A análise da entrevista se deu por análise de conteúdo (Minayo, 1999) a partir da identificação de categorias levantadas na revisão bibliográfica. Num levantamento geral, o primeiro capítulo nos apresenta duas questões que podem ser trabalhadas como categorias: a existência de uma certa desestabilização da representação tradicional da masculinidade e da paternidade; e o questionamento masculino acerca da sua ideologia de gênero.

Já o segundo capítulo nos apresenta a discussão sobre como o estereótipo de modelo masculino como sendo ativo e forte, provedor/mantenedor, estando este relacionado com a contenção de sentimentos, sendo permitido somente a ira, a audácia e também o prazer; masculinidade como construção sócio-histórica; o caráter polissêmico da masculinidade; paternidade relacionada a afirmação da masculinidade.

No terceiro capítulo pode-se observar a presença das categorias paternidade como uma construção sócio-histórica; paternidade atrelada a afirmação da identidade masculina; pai como aquele que garante o exercício de educadora da mãe; modelo tradicional de pai relacionado a autoridade, isenção de demonstração de afetos e relação pai e filho marcada

pela diferença; surgimento de nova consciência de que a criação dos filhos também é obrigação do pai, porém com pouco apoio social; insegurança masculina quanto ao novo modelo de pai e homem; aumento do desejo masculino de se envolver com a criação dos filhos; tentativa dos homens pais de resolver antigos conflitos parentais e preocupação de não repetir os mesmos erros cometidos pelos seus pais.

Na análise dos dados obtidos através da entrevista, observamos uma grande e principal categoria: a questão da desestabilização da representação tradicional do modelo masculino (e conseqüentemente no estereotipo tradicional de pai).

Como foi exposto no primeiro capítulo, e é mais bem esmiuçado no capítulo intitulado “Masculinidade”, o estereotipo de homem ideal vem sofrendo alterações, apesar de o modelo de homem forte, ativo, provedor/mantenedor ainda se mostrar dominante (Entrevista com Regina) Essa modificação de modelo/papel social foi reconhecida de forma implícita na entrevista e na história de vida do entrevistado.

Davi é um homem solteiro que cria seu filho de 3 anos, um perfil que, a princípio, foge ao modelo tradicional de homem. Davi cita também, em um trecho da entrevista, a questão do cuidado com o corpo, com a saúde, que mostra um novo pensamento, que contrasta com o estereotipo masculino dominante, que sugere, para a prova da masculinidade, a adoção de práticas temerárias e de graves riscos, sejam elas relacionadas a atividade sexual (como a recusa do uso de preservativo para a prevenção da AIDS e de outras DSTs) ou no abuso de substâncias como o álcool, utilizado muitas vezes como ferramenta para desinibição (Asturia, 1997).

“Tenho pensado em mim. Teve uma fase, uma época, que eu não pensava em mim, na minha saúde. Sabe e é lógico, pensando em mim, cuidando de mim, eles (os filhos) ganham, porque estou pensando neles também.” (Entrevistado Davi)

A fala acima demonstra uma mudança de comportamento e de atitude em relação ao modelo tradicional de masculinidade, levando em consideração o fato de Davi ocupar a posição de pai. Ele pensa na própria saúde, o cuidado com o corpo como uma forma indireta de cuidar dos filhos, ou seja, cuidar do próprio corpo e da saúde para estar saudável para trabalhar e garantir o sustento da casa e dos filhos, o que está diretamente ligado ao papel mantenedor/provedor, conservando, ainda que por novas estratégias, um aspecto do modelo de identidade masculina tradicional.

Sobre o ser homem, Davi faz referências ao trabalho, ao dinheiro e ao sustento dos filhos, a responsabilidade, a idéia de provedor/mantenedor, associando muitas vezes o ser homem com o tornar-se pai, entrando na questão do estereotipo tradicional de

homem/identidade masculina e a relação entre paternidade e a afirmação da masculinidade.

“ (...) eu queria poder ter me tornado homem mais cedo se eu soubesse que ia me tornar mais responsável, mas centrado. (...) Como eu não tinha filho, tudo ficava mais fácil.” Em outro trecho, Davi afirma: “Bom, ser homem hoje é ser firme, ser responsável.”

Quando perguntado sobre em que momento ele acha que se tornou homem, Davi responde: “Foi com Júlia (segunda esposa), quando eu soube que ela estava grávida.” Nota-se que Davi associa o tornar-se homem com a paternidade, para ele, ele tornou-se homem quando soube que sua esposa estava grávida de sua segunda filha. Mas é interessante perceber que o tornar-se homem ocorre com a segunda filha. Talvez esse fato tenha se dado por Davi não ter tido uma convivência diária com sua primeira esposa nem com sua primeira filha, nos fazendo concluir que ele associa a paternidade mais com a convivência, com a criação do que propriamente com o ato de “fazer”, de “conceber” filhos.

Como visto na obra de Rosely Gomes Costa (2002) a capacidade de gerar filhos comprova o atributo físico da paternidade, e a capacidade de sustentá-los e criá-los comprova o atributo moral. Isso explica porque Davi só se sentiu homem com a experiência de ter a segunda filha, porque foi a que ele criou e teve um convívio diário, como se só com a criação dela, ele pudesse finalmente comprovar o atributo moral da paternidade, o tornando mais homem do que antes.

Apesar disso, da mudança de pensamentos e de atitudes com relação a alguns aspectos, outras características do modelo tradicional se conservam, como mostrado acima, mesmo que de forma inconsciente. No início da entrevista, Davi mostra substituir, pelo menos no que diz respeito a criação dos filhos, a força e a agressividade pelo diálogo:

“(...) Às vezes quando ele (seu filho) faz pirraça e vou dar uma palmada nele, ele já começa a falar assim pra mim: ‘Espera, espera, deixa eu falar, deixa eu falar!’ (...) Ele sente a necessidade de se explicar. (...) dou aquela avaliada, ou seja, aí não dou mais a palmada, aí no máximo tenho que colocar no cantinho de pensar.”

O entrevistado demonstra acreditar que a autoridade, quando exercida através do diálogo e não da força física, não oprime o “outro lado” da relação, e a fala de Davi mostra uma realidade que se opõe a realidade do tradicional modelo de homem/pai apresentado na obra de Figueira (1987), modelo esse que exerce o seu poder e garante o exercício da disciplina na relação pai-filho através da força e da agressividade. Aqui é possível realizarmos o gancho com a questão do aprendizado a partir da experiência na relação com o pai dele, o desejo de não repetir o modelo.

Em determinado momento da entrevista, Davi fala da relação, do diálogo existente

entre ele e o pai e faz uma comparação com a relação entre ele e o filho. Davi se mostra preocupado em não repetir os mesmos erros do pai:

“(...) eu fiquei pensando assim, no avanço, ou no ganho, não sei que eu tive em relação ao meu filho (...) pô, eu ouço meu filho, meu pai não me ouviu (...) Mas é isso, eu não sei se às vezes é legal comparar mas é inevitável. Você também tenta repetir as coisas boas que fizeram com você e deram certo.”

Também foi possível perceber um contraste entre a literatura e o relato de Davi, Figueira (1987) destaca que a relação pai-filho é marcada pela diferença de poderes, colocando que essa relação é exclusivamente vertical. Entretanto, na entrevista com Davi, ele demonstra buscar uma relação horizontal, e afirma:

“(...)Eu converso com ele como se estivesse conversando com um adulto (...) Daí ele fala:? ‘Tá me chamando de meu irmão, pai?’ ‘Tá me chamando de cara?’”

Segundo discutimos no referencial teórico, o estereotipo de identidade masculina estaria associado basicamente a algumas características principais; sendo elas a contenção de sentimentos, a exacerbação da ira, da agressividade e do prazer; a força física, responsabilidade e autoridade; a exposição à riscos e o não cuidado com a saúde e a figura de provedor/mantenedor. Tais características garantem supostamente ao homem o reconhecimento e a comprovação pública de sua masculinidade. (Chadorow, 1978; Asturias, 1997)

Podemos perceber a paternidade diretamente ligada a masculinidade na entrevista, assim como afirmado na literatura em Unbehaum (2000), pois a paternidade é vista muitas vezes como uma maneira de comprovar a masculinidade, de afirmação do homem enquanto homem e de sua virilidade perante a sociedade. Como visto nas obras de Caruso (1986) e Maciel (1994), para muitos homens a paternidade está vinculada com a identidade masculina porque continua associada à responsabilidade de mantenedor da família, à prova pública de macho reprodutor, como afirmação de potência e virilidade. Na entrevista, essa questão aparece quando Davi afirma que ganhou mais respeito das pessoas de seu convívio social quando se tornou pai e passou a criar seu filho:

“E hoje... viver com o meu filho, sendo pai (...) tão me respeitando mais, sabe, como pessoa, como homem, como amigo, como sobrinho, como filho (...)”

Outro aspecto comentado na revisão da literatura e que pôde ser observado na entrevista foi o papel do pai enquanto aquele que garante o exercício da mãe enquanto educadora. (Figueira, 1987) Isso pôde ser observado quando, na entrevista, Davi falava sobre a relação entre sua avó e seu avô:

“Ele (seu avô) cobrava dela (sua avó) e ela cobrava dos filhos.”

Na questão da paternidade, a literatura afirma que os homens que decidem criar seus filhos sozinhos, nem sempre recebem apoio social, e que ainda há muito preconceito. (Brazelton, 1988) Na entrevista, Davi falou sobre a dificuldade de se criar um filho sendo um pai solteiro e sobre o preconceito que sofre por isso:

“A sociedade me cobrou e me cobra até hoje, que eu tenha uma esposa. (...) O cara que tem um filho que mora com ele tem que ter uma esposa.”

A fala de Davi mostra também que muitas vezes o “querer cumprir” ou o exercer o estereotipo tradicional não é uma questão pessoal, particular, que faça o homem se sentir bem de forma direta, mas sim pela preocupação de se auto-afirmar enquanto homem para a sociedade, mostrando que os gêneros, tanto masculino quanto feminino são categorias idealizadas pelo social, construções sociais.

“O problema é esse estereotipo, sabe? Você tem que ser o cara...tem que ser fortão, tem que sustentar a casa, você não pode criar um filho sozinho, né? Enfim, você tem que estar dentro daquele molde, daquela formazinha”

Em outro momento da entrevista, Davi declara:

“Por exemplo, não chamam muito pai solteiro pra ir em festa de aniversário. Se a gente foi em duas, foi muito.”

A partir de uma reflexão acerca da entrevista, foi possível observar que há concordância da literatura com a entrevista em algumas partes, mas há também contradições, ainda que poucas.

Além disso, observou-se também o gênero como sendo polissêmico e sujeito a variações ao perceber que o entrevistado não se sente “menos homem” ou “menos masculino” pelo fato de ser solteiro e criar um filho sozinho. O gênero como construção sócio-histórica foi observado na entrevista, que ao falar do “ser homem” cita também a questão da sociedade, da cobrança por parte da sociedade, fazendo um paralelo entre os dois. Essas duas questões observadas nas entrevistas foram também bastante discutidas ao longo dos três capítulos anteriores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do processo de trabalho, o final da construção da revisão bibliográfica e da articulação com a reflexão acerca da entrevista, foi possível observar que os gêneros são uma construção sócio-histórica, sujeita a variantes como o contexto histórico, raça/etnia, classe social, sendo observada a sua variação até mesmo intergeracional. Essa questão pôde ser observada na entrevista, uma vez que Davi encarava a sua masculinidade de uma forma diferente do seu avô e do seu pai, segundo o próprio entrevistado, e provavelmente de uma forma distinta de todos os outros homens, já que o que constitui a trama do gênero compreende uma série de fatores, incluindo a experiência pessoal e única de cada um ao longo da vida. Inclusive, a visão da masculinidade de um mesmo homem pode variar de acordo com a fase da sua vida em que se encontra.

Portanto, o processo de construção de um determinado gênero (seja ele masculino ou feminino) não é linear, nem é um processo que precisa ou será terminado algum dia já que os acontecimentos e a sociedade estão em constante modificação.

Com relação a questão da masculinidade, o que se pôde observar ao longo do trabalho é que o modelo tradicional de identidade masculina ainda se encontra dominante na sociedade, mas com algumas modificações. O modelo de homem forte, com agressividade exacerbada, contenção de sentimentos, está caindo. Porém é interessante notar que tais modificações estão acontecendo e aprimorando conseqüentemente outras características desse mesmo modelo, como a idéia de o homem como o provedor da casa e da paternidade associada ao exercício da masculinidade, embora pareça contraditório.

Percebe-se que os homens atualmente estão modificando as estratégias para garantir melhor o exercício de sua masculinidade frente a sociedade. O atributo moral da masculinidade está sendo mais valorizado frente ao atributo físico da mesma. Isso pode ser observado no fato de alguns homens atualmente não se importam tanto com o estereótipo físico de homem atlético, forte, musculoso, se expondo à riscos (muito embora esse tipo ainda se faça presente na sociedade) e darem mais valor ao sustento da casa (um possível atributo moral), ao cuidado com a saúde, vendo nessa alternativa, uma maneira de otimizar a sua produção e aumentar a renda familiar. A agressividade por sua vez, está sendo substituída pelo diálogo, como forma da melhor entendimento com os outros indivíduos e principalmente com os filhos, o que demonstra mais uma vez maior valorização do atributo moral.

Tendo em vista a masculinidade como uma construção social, que nos últimos anos vem sendo modificada, de caráter polissêmico e diversificada, e considerando a paternidade como um dos atributos da mesma, a paternidade também se encontra num período de

modificação de transição, em que seu estereótipo vem sendo aos poucos abandonado. O pai passa a participar mais da criação dos filhos, se mostra mais presente, sem deixar de lado a responsabilidade de ser provedor. Ou seja, mesmo com modificações, muitas mudanças no que diz respeito ao estereótipo de pai, ainda há características que se mantêm, já que ainda há um certo preconceito por parte da sociedade com os indivíduos que assumem uma masculinidade ou até mesmo paternidade diferente ou que fuja, de alguma forma do estereótipo tradicional.

Ao final da pesquisa, observou-se a necessidade de se investir em pesquisas na área de gênero, principalmente voltadas para o campo da masculinidade e da paternidade, pois há um número pequeno de pesquisas nessa área se comparada a área da feminilidade e da maternidade. Além disso, os homens precisam de mais incentivo/apoio social para cuidarem e criarem seus filhos. Na área da pesquisa social com gênero, principalmente com o masculino, grupos focais, e de discussões parecem boas alternativas para as pesquisas, já que muitas vezes os homens têm dificuldade de se expressar e de falar, devido a toda uma questão cultural e até mesmo de construção de gênero.

REFERÊNCIAS

AMUSSEN, Susan Dwyer. **Féminin/Masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne**. Volume 40, nº 2, mar./abr., Paris: Annales ESC, 1985.

ASTURIAS, Laura E. **Construcción de la masculinidad y relaciones de género**. In: *Mujeres en lucha por la igualdad de derechos y la justicia social*, Ciudad de Guatemala, mar. 1997. Disponível em: http://www.europofem.org/02.info/22contri/2.05es/2es.masc/16es_masc.htm
Acesso em : 16 nov. 2009

BADINTER, E. **XY: la identidad masculina**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1993.

BALANCHO, L. S. F. **Ser pai: transformações intergeracionais na paternidade**. 2004.

CARRIGAM, Tim, CONNELL Bob e LEE, John. **Toward a New Sociology of Masculinity**. In: BROD, Harry(ed.). *The Making of Masculinities: the new men's studies*. Boston: Allen & Unwin, 1987.

CARUSO, L. A. **Paternidade: uma forma de existir**. [Tese de Doutorado], Instituto de Psicologia, PUC, São Paulo, 1986.

CECCARELLI, P. R. **A masculinidade e seus avatares**. In *Catharsis*. Edição Maio-Junho 1998, ano IV, 19, 10-11. São Paulo, 1998

_____. **A construção da masculinidade**. In *Percurso*. Volume 19, (49-56). São Paulo: 1998.

CECCHETTO F.R; MONTEIRO S. **Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina**. Estudos Feministas 14 (1): (199-218), 2006.

CHODOROW, N. **The Reproduction of Mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978.

CONNELL, R. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

_____. **El imperialismo y el cuerpo de los hombres**. In Valdés, Teresa; Olavarría, José (Org.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, (76-89). : Flasco Chile, [s.a.]

COMEL, N. E. D. **Paternidade Responsável. O papel do pai na sociedade brasileira e na educação familiar**. Curitiba: Juruá, 1998.

COSTA, R.G. **Concepção de filhos, concepções de pai: algumas reflexões sobre reprodução e gênero**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp, 2001.

COSTA, R. G. **Reprodução e Gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção**. In *Revista de Estudos Feministas*, nº 20, (339-356), 2002.

DEAUX, K.; LAFRANCE, M. **Gender**. In: G. Lindzey; D. T. Gilbert; S. T. Fiske (Org.), 1998.

DURHAM, E. "Família e reprodução humana". In: Franchetto (org). *Perspectivas antropológicas da mulher* n°. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FERENCZI, S. **De la Portée de l'Éjaculation Précoce, in Psychanalyse 1**. Payot: Paris, 1968. Trad. João Batista Ferreira.

FIGUEIRA, S. A. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. 13a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999 (a).

_____. **Microfísica do Poder**. 14a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999 (b).

GIFFIN, K. **As inserções dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico**. In *Caderno de Saúde Pública*, 10 (1), (47-57). Rio de Janeiro: Abrasco, 2005.

GOMES, A. J. S. & RESENDE, V. da R. **O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea**. In *Psicologia : Teoria e Pesquisa*, 20(2), (119-125), 2004.

GOMES, R. **As questões de gênero e o exercício da paternidade**. In Silveira, P.(Org.). *Exercício da Paternidade*, (175-182). Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. **Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GONÇALVES, E. **Pensando o gênero como categoria de análise**. In: *Cadernos de Área*, 7 (41-60). Goiânia: UCG, 1998. (Estudos de Gênero).

GONÇALVES, T. R.; LOPES, R. S.; PICCININI, C. A.; TUDGE, J. **O Envolvimento Paterno durante a Gestação**. In *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), (303-314), 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOEPFNER, M. A. **Um Homem pra chamar de Pai: As concepções de paternidade de meninos afastados de suas famílias e colocados em regime de abrigo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

JABLONSKI, B. **Paternidade hoje: uma metanálise**. In Silveira, P. (Org.). *Exercício da Paternidade* (pp. 121-129). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Identities masculinas: limites e possibilidades**. In *Psicologia em Revista*, 12(19), (54-65), 2006.

KIMMEL, Michael S; KAUFMAN, M. Weekend warriors: the new men's movement. Profeminist men respond to de mythopoetic men's movement (and mythopoetic leaders answers). In Kimmel (Org.). *Politics of manhood*. (16-39) Philadelphia: Temple University Press, 1995.

KORIN, D. **Nuevas perspectivas de genero en salud.** In: *Adolescência latinoamericana*, 2, (67-79), 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. (org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica: 2001.

_____. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, Guacira L. (org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.* 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACIEL, A. A. **Ser/Estar Pai: uma figura de identidade.** [Dissertação de Mestrado], Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1994.

MÉNARD, M. **Le Miroir Brisé.** In: J. Delumeau, & D. Roche (Org.), *Histoire des Pères et de la Paternité* (359-380). Paris: Larousse, 2000.

MEYER, D. E. **As mamas como instituintes da maternidade – Um história do passado?** In: *Revista Educação e Realidade*, 25(2), jul-dez, (117-134) (s.n.t.), 2000 (a).

_____. **Cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com razão, classe, nação e religião.** In: *Revista Educação e Realidade*, vol. 25, n. 1, jan-jul, (35-162)[s.n.t.], 2000 (b)

_____. **Gênero e Educação: teoria e política.** In: Louro, G.L.; Felipe, J.; Vilodre, S. (Org.), *Corpo, Gênero e Sexualidade* (9-27). Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento e pesquisa quantitativa em saúde. Ed Hucitec – Abrasco, 1999.

MORGAN, D. **Discovering Men.** New York, London: Routledge, 1992.

MUZIO, P. A. **Paternidade (Ser Pai)... Para que serve?** In: Silveira, P (Org.). *Exercício da Paternidade* (165-174). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NICHOLSON, L. **Interpretando o gênero.** In: *Estudos Feministas*, 8(2), (9-42) (s.n.t.), 2000.

OSHERSON, S. **Wrestling With Love.** New York: Ballantine Books, 1992.

PARKE, R. D. **Fatherhood.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

PARKER, R. G. 1989

_____. **Bodies, Pleasures, and Passions: Sexual Culture in Contemporary Brazil.** Boston: Baecon Press, 1991.

PEREIRA, R. da C. & SILVA, C. M. **Nem só de pão vive o homem.** In *Sociedade e Estado*, 21(3), (pp.667-680). Brasília: 2006.

PETERSEN, A. **Unmasking the Masculine: men and identity in sceptical age.** London: Sage, 1998.

SAFFIOTI, H. Rearticulando Gênero e Classes Sociais. In: 140 ENCONTRO da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 1992.

SARUP, M. **Identity, culture and the postmodern world.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History.** New York: Columbia University Press, 1988.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), (pp. 5-22), jul./dez. 1990.

_____. **A escrita da História.** In *História das Mulheres*, Burker, Peter (org). (63-95) Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: *Educação & Realidade*. v. 20, nº 2, (71-99), Porto Alegre, 1995.

SILVA, M. R. & PICCINNINI, C. A. **Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo.** In *Estudos de Psicologia: Paternidade e envolvimento paterno*, 24(4), (pp.561-573), 2007.

SMILER 2004

SOIHET, Rachel. “Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, (7-29), 1997.

SPENCE, J. T. **Sex roles in contemporary american society.** In: Lindzey, G. e Aronson, E. (Org.). *The Handbook of Social Psychology*. New York: Random House, 3(II), (pp.149-178), 1985.

STOLLER, R. **Gender Identity Disorders in Children and Adults.** In Kaplan, H. (Org.). *Comprehensive Textbook of Psychiatry*, 4, (1034-1041), Baltimore: William & Wilkins, 1985.

_____. **A Contribution to the Study of Gender Identity.** In *International Journal of Psycho-Analysis*, nº 45, (220-226), 1964.

_____. **Sex and Gender.** Vol.I. New York: Science House, 1968.

_____. **A Contribution to the Study of Gender Identity: Follow-Up.** In *International Journal of Psycho-Analysis*, nº 60, (433-441), 1979.

_____. **Masculinidade e Feminilidade - apresentações do gênero.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

TOLDY, T. M. **As Mulheres na Igreja Católica - Luzes e sombras ao longo da história.** In *Revista Theologica*, II série, Vol. XXXII, Fasc.2., Braga, (219-245), 1997.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** In: *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho,(127-152), 2005.

UNBEHAUM, S. G. **A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos.** In: Arilha, Margareth; Unbeaum, Sandra; Medrado, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras.* São Paulo: ECOS, 1998.

_____. **Experiência Masculina da Paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

VILLELA, Wilza. **Gênero, saúde dos homens e masculinidades.** In *Ciência e Saúde Coletiva – Saúde do homem e suas relevâncias.* Rio de Janeiro: Abrasco, 2005.

WEEDON, C. **Feminism, theory and politics of difference.** Oxford: Blackwell, 1999.

ANEXO

Anexo A: Roteiro de Entrevistas – História de vida tópica

a) Identificação

Nome:

Sexo:

Data de Nascimento:

Local de Nascimento:

Local de moradia atual:

Escolaridade/ Formação:

Profissão:

Onde trabalha (vínculo):

Estado Civil:

Filhos: Quantos/ Sexo/ Idade/ Se são da mesma companheira ou não.

b) História Familiar

Pergunta: Fale sobre sua família.

Questões que queremos abordar:

1- Qual a composição da família?

2- Foi criado por quem?

3- Como era a sua relação com os pais:

a- Com a mãe?

b- Com o pai?

4- O que foi difícil nessa relação?

5- O que foi mais positivo?

6- O que traz de entendimento sobre a paternidade a partir da sua vivência com seus pais?

c) Masculinidade – Representações Sociais e Experiência

1- O que é ser homem hoje?

2- Quais são as dificuldades e desafios de ser homem hoje?

3- Você percebe alguma mudança do que é ser homem e do lugar do homem na sociedade de alguns anos até os dias de hoje? Conte sua experiência.

d) Paternidade

Pergunta: Conte sua experiência de ser pai.

Questões que queremos abordar durante a entrevista:

1- Você pensava em ser pai ou não?

2- Como você descobriu a gravidez?

3- Como foi sua reação ao descobrir?

4- Fale sobre o período da gravidez.

5- Fale sobre o parto.

6- Como foram os primeiros meses?

7- Como tem sido a criação dos seus filhos?

a- Dificuldades;

b- Desafios;

c- Ganhos/ Aprendizados;

d- O que mudou;

8- O que é ser pai?

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “*As relações entre masculinidade e paternidade na contemporaneidade: reflexões a partir de histórias de vida*”.

Você foi selecionado por ser do sexo masculino, ser pai e estudar na Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio e sua participação não é obrigatória. Você pode a qualquer momento desistir de participar desta pesquisa e retirar seu consentimento. Sua recusa e participação não trará nenhum prejuízo para a sua relação acadêmica ou profissional com a EPSJV.

Este estudo tem como objetivo a discutir a construção da paternidade a partir da reflexão das masculinidades/papéis masculinos. Sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista de aproximadamente 1 hora a 1 hora 30 minutos sobre sua experiência de paternidade e familiar, que será gravada.

Sua participação não oferece nenhum tipo de risco e você poderá contribuir para a construção de conhecimento acerca dos desafios enfrentados por homens e pais na contemporaneidade.

Os dados da pesquisa não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação e sua garantimos o sigilo de sua participação. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, para que você possa tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

Ana Lúcia de Moura Pontes

Endereço da Pesquisadora Responsável e do CEP:
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Avenida Brasil, 4365
Manguinhos – Rio de Janeiro
21040-900

Telefones:
Ana Lucia de Moura Pontes:
(21) 3865-9748
CEP EPSJV:
(21) 3865-9748

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa